

MEIOS ELETRÔNICOS: SIM OU NÃO

Maria Lúcia Mexias-Simon (USS)
mmexiassimon@yahoo.com.br

RESUMO

Discute-se muito, atualmente, sobre as vantagens ou desvantagens no uso de meios eletrônicos, como data show etc. na sala de aula. Favorece a fixação da aprendizagem ou dispersa a atenção? Os alunos os requerem, as famílias creem ser as pesquisas impossíveis sem Internet, porém saberão todos por a tecnologia a serviço do processo ensino/aprendizagem? A linguagem das novas *mídia* está contaminando a linguagem escrita com prejuízos para a compreensão? Com a facilidade de consulta de dados, quase se abandonou e, até mesmo, se demonizou a memorização, como algo arcaico, que prejudica o avanço do raciocínio. Para onde está conduzindo a indispensabilidade de meios eletrônicos como material didático?

Palavras-chave:

Linguagem da informática. Ensino da língua materna. Metodologia da linguagem.

Diante de meio milhão de zeros em redação, na última prova do ENEM, professores, pais, governantes, tornaram-se, no mínimo, preocupados. Apesar disso, o assunto não teve o destaque que deveria ter, diante de fatos mais explorados pelos *mídia*, como corrupção etc.

Na verdade, esses fatos estão relacionados. Quando a escola relaxa na exigência de comparecimento, oferece uma “segunda chance excepcional” ao aluno que não se saiu bem na mesma avaliação que os outros fizeram, está condenando esse aluno a ser um “espertinho” aquele que chora para obter exceções em conseguir o que se espera dele, sem muito esforço, ou a levar uma subvida. Daí, temos um futuro corrupto. Se o parente médico fornece um atestado para o jovem que vai fazer um passeio com os pais, na época conveniente para estes, não se pode bater panelas contra coisa alguma. Essa leniência parte não só da família, como também de gestores escolares, supervisores, coordenadores e outros envolvidos no processo.

Ouvimos muito falar que a escola deve atender aos interesses dos alunos. Pergunta-se: um jovem de doze, quatorze anos sabe, realmente, quais são seus interesses? Infelizmente, não, nem mesmo os mais velhos. Não têm maturidade nem suficiente visão do mundo que lhes permita fazer a escolha adequada. Adequada a quê? Aos interesses da comunidade em que esse jovem está inserido. Não se pode desperdiçar recursos, nem

próprios, nem coletivos, em formar um jovem que não vai, com o certificado que recebeu, inserir-se no mercado de trabalho. Essa dificuldade apenas comprova ter o jovem frequentado o curso errado. A falha não é, de fato, do sistema educacional nem do sistema econômico, é da opção. Escolhe-se o curso mais prestigiado, ou, o que talvez seja pior, o mais acessível em termos financeiros, de horário, de proximidade com a moradia.

Feita a opção o aluno quer passar, a instituição, pública ou privada, não tem interesse em perder o aluno. Fazem-se avaliações “modernas”, prova em grupo, trabalho de qualquer maneira, em casa, e outras. Ainda dizem os gestores: “dê um trabalho para melhorar a nota”, como se fosse esse o objetivo das pesquisas e como se essas devessem, obrigatoriamente, receber uma boa nota.

A esse quadro, que já dura muitos anos, acrescentaram-se as explanações acompanhadas de recursos eletrônicos, sempre naquela atitude de “ir ao encontro do interesse dos alunos”. A aula passa a se assemelhar a jogos eletrônicos, como já se assemelhava a brincadeiras de programas de auditório. Se não houver um telão, a aula não será boa. Quem leciona, já vinha observando que os alunos copiam do quadro negro, mas não copiam do telão. Modernamente, isso foi contornado: os alunos fotografam o telão. Pergunta-se: para quê? Irão, mais tarde, reler o que foi projetado? Qual a vantagem entre arquivar, precariamente, o conteúdo numa pequena tela de *smartphone*, a recebê-lo em papel?

Por vezes, a explanação é solicitada aos alunos que a retirarão, cuidadosamente, via Internet, sem fazer uma leitura crítica, preocupado, prioritariamente em colocar margens coloridas e diversos tipos de fonte na sua apresentação, para, diante dos colegas, lê-la na íntegra, ignorando, frequentemente, o significado de palavras projetadas, porém crendo, firmemente, que merece uma boa nota porque usou *data show*. Infelizmente, isso acontece também com os professores, principalmente quando a apresentação tem “efeitos especiais”. Tal fato ocorre em todos os níveis de ensino: fundamental, médio e superior, não se fazendo generalização.

O problema não é apenas das escolas brasileiras. Recentemente, apresentou-se, no Congresso dos Estados Unidos, um projeto que, se aprovado, terá força de lei, proibindo o uso de *data show* nas salas de aula. Embora tenha recebido tal informação via *facebook* que, como sabemos, nem sempre é confiável, dada a intromissão de falsas notícias, não é

segredo estarem, também, os norte-americanos preocupados com a superficialidade de conhecimentos das novas gerações.

No Brasil, isto veio à luz, no meio milhão de zeros do ENEM, não contando as notas 01, 1,5, 2,5 em diante. Muitos candidatos deixaram de fazer a redação por não saber como fazê-la, ou por não achar importante. Outros não souberam tratar o tema. Desconfia-se de que não saberiam tratar outro qualquer, por falta de familiaridade com a linguagem escrita, por não saber costurar ideias, ou mesmo por não ter ideias. Há, inclusive, universitários dizendo, em alta voz, nunca ter lido um livro em toda a vida, sendo o professor que o cobra um antiquado, preconceituoso, que não valoriza o entorno social do aluno. Não percebem, talvez, os senhores gestores, que esse discurso tem como consequência uma condenação, para o aluno, a um limbo intelectual, à perpetuidade de uma situação pobre que a família não deseja, nem a comunidade. Com a leitura, não só se adquirem conhecimentos como se aprende a estruturar frases e se refinam ideias. Já se comprovou que com a ampliação do vocabulário, amplia-se a facilidade de raciocínio e vice-versa. Não é decorando um dicionário que se aumenta o Q.I., mas com maior vocabulário assimila-se e expõe-se o pensamento com mais precisão. Aqui, entra, também, a questão da precisão do uso do vocabulário. Palavras usadas vagamente, genericamente, traduzem pensamentos vagos, inseguros, que nada contribuem, nem para o falante, nem para o ouvinte. Por outro lado, não há nenhum ganho em se decorar que o quadrado da hipotenusa é igual à soma do quadrado dos catetos, quando não se sabe o que é hipotenusa, cateto e, talvez, nem quadrado.

Quando se menciona a questão do ensino, concorda-se em que “antigamente era melhor” e, a seguir, diz-se precisar, o ensino, de renovação. Essas duas afirmativas se contradizem. Se antigamente era melhor, a escola (em todos os níveis) não deveria ser renovada e sim restaurada. Adaptar-se aos meios modernos não deveria ser sinônimo de facilitação. Nada de importante se faz com facilidade.

Volta-se à questão do interesse do aluno, com a demonização da memorização. Na vida prática, no dia a dia, usa-se uma infinidade de informações memorizadas: regras de cortesia, regras de trânsito, números de telefone, senhas, trajetos. Sem tal bagagem, (que se vai tornando cada vez tão maior, quanto efêmera, pelas novas invenções) não se poderia nem sair de casa. Na escola (em todos os níveis, repete-se) não se pode usar a memória, é um recurso tão desnecessário quanto ofensivo ao interesse do aluno. Fala-se em raciocinar. Será excelente, porém sempre se

raciocina sobre algo já incorporado à bagagem mental. Como raciocinar, por exemplo, sobre a questão indígena sem ter os dados em mente? Há um conjunto canônico de informações que a família e a sociedade querem ver transmitidos a seus filhos, de forma a estarem disponíveis nos arquivos mentais, distintos de outros dados que podem, eventualmente, ser buscados em informativos. Entre dados a ser memorizados, estão as regras elementares de ortografia, gramática e os conhecimentos básicos de matemática. A escola reluta em cobrar a memorização, sempre em nome de um suposto interesse dos alunos, porém contra o interesse das famílias, que estão a supor ser exercida tal prática. “Todo conhecimento é feito de fatos, datas, nomes, que são a base para o voo intelectual mais ambicioso”. (CASTRO, 2015)

Outro ponto a ser considerado é o dito relativismo. Tudo seria relativo, seria uma questão de interpretação, de subjetivismo. Havendo polêmica entre autores consagrados, por que não polemizarmos nós sobre alguns pontos?

Lembre-mos de que, se os jovens devem ser prevenidos quanto a lavagem cerebral, há perguntas que só têm uma resposta certa, a ser fornecida, sem questionamento, onde não se tem o direito de “achar” o que se quiser. Existem formas verbais corretas que devem ser usadas, pois o seu não uso marca o falante com inculto. O jovem pode dizer que não se importa com essa marca, já que seus contemporâneos também usam tais formas. Porém, quando tanto se fala em inclusão social, os educadores precisam pensar que de que tal inclusão passa pelo emprego adequado das formas linguísticas, não servindo de justificativa o maior ou menor número de usuários, ou se autoridades governamentais, verdadeiramente ou não, as empregam não canonicamente.

Não se faz, aqui, proibição de meios eletrônicos ou de outros recursos “modernos”. A informática veio para ficar, já quase não passamos sem Internet, sem Google, sem Wikipedia e outras armas. Ainda nos lembramos do mimeógrafo a álcool, mas não queremos usá-lo, por lento e dispendioso. A lousa, que há muito não é mais lousa, ainda é um excelente recurso didático. Não sendo cada aula exatamente igual a outra, do mesmo assunto, ministrada em outra turma, precisamos de um recurso adaptável ao momento, não totalmente pronto, apto a atender a questionamentos dos alunos.

O perigo está em considerar recursos modernos como milagrosos, quando, por vezes, nem eficazes são.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Cláudio de Moura. Você sabe estudar? Quem sabe estuda menos e aprende mais. Porto Alegre: Penso, 2015.

GUINOTE, Paulo. O futuro da educação... ou não. O Público. Lisboa, 2015 (versão digital).

IOSCHPE, Gustavo. “Por que você não faz nada?” In: *Veja*, Brasil, 01.07.2015. p. 76-78.

SOUZA, Paulo Donizetti de. Para Chauí, ditadura iniciou devastação física e pedagógica da escola pública (Entrevista, 2012). Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/03/para-marilena-chau-ditadura-militar-fez-com-que-universidades-nao-oferecam-formacao-humanista>>.

WEINBERG, Mônica. Sim, você pode ser bom aluno [Resenha de CASTRO, 2015]. *Veja*, Brasil, 03.06.2015. p. 80-81.